COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 6.602, DE 2006

Altera a Lei 9.434, de 04 de fevereiro de 1997.

Autora: Deputada Jandira Feghali

Relatora: Deputada Teté Bezerra

I - RELATÓRIO

O projeto que analisamos altera a lei 9.434, de 1997, que trata da remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante. A proposta é acrescentar o artigo 9-A ao texto, que garante a toda mulher o acesso a informações sobre as possibilidades e os benefícios da doação voluntária de sangue do cordão umbilical e placentário no decorrer das consultas pré-natais e no momento do parto.

A justificação, extensamente embasada, ressalta a importância do sangue do cordão umbilical e placentário como instrumento extremamente versátil para transplante, pela abundância de células-tronco que contém. Além disto, é importante enfatizar que a chance de se localizar doadores no território nacional é muito maior que no exterior, em virtude das características genéticas da população. Por este motivo, é importante contar com um estoque representativo da população e com número suficiente de amostras.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental. A proposição será apreciada a seguir pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

II - VOTO DA RELATORA

Como sempre, as iniciativas da ilustre Autora refletem um profundo bom-senso e o conhecimento das necessidades da população em termos de saúde. A verdade é que os Bancos de Sangue do Cordão Umbilical e Placentário (BSCUP) vêm encontrando muita dificuldade em expandir seus estoques. Já, por outro lado, entre as classes mais abastadas, é grande a procura pelo armazenamento para uso próprio, a custos bastante altos. Acredita-se que o baixo número de doações vem do desconhecimento da população sobre a inocuidade do procedimento e dos grandes benefícios que ele pode trazer.

É evidente que qualquer gestante, ao ser informada da importância de doar tecidos que seriam descartados de qualquer forma, tenderia com maior probabilidade a autorizar formalmente o armazenamento. Concordamos com a Autora de que o crucial é enfatizar a informação às gestantes, no decorrer do período pré-natal e no parto.

Não há dúvida de que, com a possibilidade de armazenar o material por anos, o aumento das doações será extremamente benéfico para toda a população. O projeto é de fácil implementação, não acarreta gastos e só traz benefícios para todos os brasileiros.

Assim, o voto é plenamente favorável à aprovação do projeto de lei nº 6.602, de 2006.

Sala da Comissão, em de de 2006.

Deputada Teté Bezerra
Relatora